



Jornal FNE Edição 100 – Set/10

Em pauta nesta edição, importantes iniciativas e desafios da engenharia nacional. Em matéria de capa, a política para os resíduos sólidos, cuja lei já foi sancionada e falta ser regulamentada. Problema grave em todo o Brasil, a destinação inadequada do lixo e o baixo índice de coleta seletiva e reciclagem podem agora ser combatidos a partir de um marco legal, considerado positivo por técnicos do setor. Resta cumprir a tarefa.

Preparando-se para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, a cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, deve passar por grande transformação. Além de construir um estádio novo, será necessário fazer obras viárias e repensar o transporte público. Aeroporto local também precisará ser ampliado e aprimorado.

Em C&T, a discussão sobre o desenvolvimento do carro elétrico brasileiro. Como investir e assimilar essa tecnologia sem abrir mão da vantagem estratégica representada pelo etanol como alternativa ao petróleo é a grande questão.

No centro de todas essas iniciativas, os engenheiros reivindicam remuneração digna e respeito ao seu piso salarial, o que vem sendo ignorado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), já devidamente questionada pela FNE.

Em entrevista, o jornalista Rodrigo Vianna fala sobre a proliferação de blogs na Internet e a sua importância para a comunicação.

E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O Senge Goiás trava, há longo tempo, luta com a Prefeitura de Goiânia pelo retorno da carreira de engenheiros e arquitetos para os quadros funcionais públicos do município. É inquestionável a imprescindibilidade desses profissionais, necessários a toda a infraestrutura da cidade, por exemplo, ao planejamento do traçado de vias e bairros ou à implantação e manutenção de praças e parques. Esses estão presentes até mesmo na educação e na saúde, áreas que dispõem de verbas específicas para suas ações, não só na concepção, projeto e execução dos espaços físicos das salas de aulas e dos postos de atendimento, mas também nas atividades profiláticas e preventivas em prol da saúde pública, como no tratamento de resíduos.

Apesar disso, desde 1994, as profissões de arquitetura e engenharia foram excluídas do rol daquelas com direito a carreiras no município de Goiânia. As consequências são percebidas com profissionais mal remunerados, com enormes dificuldades para se manter atualizados com a evolução tecnológica, condições insatisfatórias de trabalho, além da exposição às intempéries derivadas de ações políticas calcadas na fisiologia e no assistencialismo, com demérito à competência e à qualificação.

A importância dessas profissões levou à edição da Lei Federal 4.950-A/66, que instituiu, há mais de 40 anos, uma referência para as condições de trabalho e a remuneração dos que atuam na área tecnológica regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Como as prefeituras municipais, em sua maioria, dispõem de profissionais estatutários, requer-se legislação específica para assegurar a esses o direito obtido por seus colegas celetistas, o que já ocorre em diversas partes do Brasil.

As alterações realizadas ao final de 2008 na estrutura organizacional da Prefeitura de Goiânia agravaram significativamente as condições, principalmente de remuneração, dos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia que ali atuam. O Senge não se omitiu, fez-se presente nas diversas audiências públicas ocorridas, manifestou sua grande preocupação com a injustiça cometida contra os profissionais que optaram por atuar na administração pública municipal.

O sindicato, desde a gestão passada e em parceria com outras entidades representativas dos profissionais, tem dialogado com a administração municipal, acreditando na sua compreensão da importância do trabalho que desempenhamos e também no seu compromisso com uma forma democrática e integrada de governar.

Com o apoio do vereador Bruno Peixoto (PMDB), foi entregue ao atual prefeito, Paulo Garcia, proposta de projeto de lei municipal para a instituição da carreira de engenheiro, arquiteto e agrônomo, que permitirá reparar equívoco histórico na formatação funcional dos quadros técnicos de Goiânia, bem como proverá o município de um arcabouço de recursos humanos capazes de enfrentar os desafios que o trânsito, o transporte público, a coleta seletiva e outras tantas tarefas requerem. Assim, Goiânia poderá ser uma cidade contemporânea e referência em qualidade de vida no cenário global.

Argemiro Antônio Fontes Mendonça, Marcelo Pontes e Gerson Tertuliano são respectivamente diretores e presidente do Senge Goiás

AMBIENTE

O Brasil tem 60% dos seus municípios com lixões, recicla apenas 12% de todos os resíduos gerados e tem somente 17% das cidades com aterros controlados e 15% com sanitários, alguns deles com sua vida útil comprometida. Apresentada por Silvano Silvério da Costa, secretário nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, a triste realidade está, segundo ele, com os dias contados. Essa é a perspectiva com a aprovação em julho último no Parlamento da lei que institui a política nacional de resíduos sólidos. Sancionada pelo Presidente da República em 2 de agosto, está agora em vias de ser regulamentada – a previsão é até 2 de novembro próximo.

Conforme Costa, o marco legal deve criar condições propícias para a mudança esperada, uma vez que traz aspectos importantes. Institui, como explica Victor Bicca Neto, presidente do Cempre (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), a logística reversa obrigatória para agrotóxicos e seus resíduos, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, embalagens em geral, eletroeletrônicos e componentes, mediante a responsabilidade compartilhada de todos os importadores, fabricantes, distribuidores, comerciantes, a sociedade civil. Em outras palavras, os produtores terão que garantir a coleta e destinação correta e os cidadãos, a entrega nesses postos, pós-consumo. “Assim como o Governo, todo o setor empresarial está disposto a fazer com que a lei funcione”, assegura Bicca.

Além de instituir esse mecanismo, como afirma o secretário, a nova política proíbe a possibilidade de existência de lixões, definindo um prazo máximo de quatro anos para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos em aterros sanitários. Significa que esses não vão mais poder receber resíduos sólidos, passíveis de reutilização e recuperação. “O que vai contribuir muito para o aumento da vida útil dos aterros, por um lado, e da reciclagem por outro”, aponta Costa. Para se ter uma ideia da premência de sua aplicação, o não reaproveitamento de resíduos no País tem culminado, como indica relatório do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) intitulado “Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos”, divulgado em 14 de maio último, em perdas anuais de R\$ 8 bilhões.

Planos e investimentos

As metas para reverter esse panorama serão definidas no plano nacional de resíduos sólidos, previsto na nova política para o setor. Para a presidente em exercício da FNE, Maria de Fátima

Ribeiro C6, a regionaliza73o proporcionada com a lei levar3 cada munic6pio e estado a ter suas pr6prias diretrizes. Trar3 ainda a facilidade de atua73o em cons6rcios metropolitanos, por exemplo com um aterro para atendimento intermunicipal. Isso 6 importante, diz ela, uma vez que a manuten73o desses locais 6 cara, o que teria levado 99% dos criados antes do marco atual a se tornarem lix6es. A destacar ainda, conforme a dirigente da federa73o, a previs3o no texto de acordos setoriais com geradores de res6duos. "J3 est3o acontecendo na constru73o civil, para que seja feita a coleta, definido o ciclo de vida do produto e seu uso com mais sustentabilidade." At6 as embalagens ter3o que corresponder a essa l6gica. Certa de que a lei vai pegar, C6 considera tamb6m positivo o fato de essa incentivar a atua73o dos catadores nesse processo, colocando-os "como trabalhadores, e n3o como um problema social". Nesse sentido, Costa observa que na regulamentaç3o est3o sendo pensados mecanismos e investimentos para que os munic6pios assumam mais responsabilidade com a coleta seletiva e a fa73am com a participa73o dessa m3o de obra, que deve ser fortalecida. "Eles s3o receber3o recursos se fizerem isso." Na linha de invers6es, o secret3rio afirma que o que est3 previsto em novos aterros 6 o montante apresentado na segunda vers3o do PAC (Programa de Acelera73o do Crescimento). Para manejo e disposi73o adequada de res6duos s6lidos, este aponta um total de R\$ 1,5 bilh3o.

A import3ncia da aprova73o da pol6tica nacional para a 3rea, de modo a solucionar o grave problema do lixo no Brasil, foi apontada no projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" – que propugna por uma plataforma nacional de desenvolvimento sustent3vel com inclus3o social, cuja edi73o atualizada foi lan73ada pela FNE em 2009. Seu coordenador t6cnico, Carlos Monte, lembra que a lei 6 abrangente e detalhada e trata de pontos fundamentais. Al6m de alguns dos j3 citados, ele lembra do tema colocado em pauta da educa73o ambiental, da prioridade dada ao tratamento de res6duos hospitalares, a particulariza73o da quest3o do lixo rural, a proibi73o da importa73o de rejeitos – pr3tica relativamente comum hoje –, mesmo que seja para reciclagem, e a possibilidade de uso energ6tico por exemplo pela queima de res6duos s6lidos ap6s todo o tratamento em ambiente controlado. "Outra quest3o 6 do aproveitamento do metano que pode ser gerado com a decomposi73o do chorume."

Para Monte, um sistema organizado como o que deve se estabelecer com o marco legal exigir3 muito mais engenheiros em diversos segmentos. Esses profissionais, para a diretora da FNE, ter3o que ter a vis3o sist6mica apresentada com a pol6tica nacional para a 3rea. Como ilustra ela, em uma obra, ter3o que pensar os insumos avaliando tamb6m seu ciclo de vida e a possibilidade de reaproveitamento.

ENGENHARIA

Escolhida para ser uma das 12 cidades - sede do mundial, a capital mato-grossense terá que passar por grandes transformações. Entre as principais obras, estão a construção de um estádio novo, ampliação do aeroporto e melhorias na mobilidade urbana.

De acordo com Adilton Sachetti, diretor-presidente da Agecopa (Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – Fifa 2014), já existem R\$ 1 bilhão garantidos por lei no orçamento do Estado para as obras. “É uma condição privilegiada que nos permite ter uma definição clara do dinheiro disponível para trabalhar.” Além disso, informa ele, a Assembleia Legislativa e a STN (Secretaria de Tesouro Nacional) já autorizaram o Estado a contratar empréstimos para os investimentos necessários. “Somando tudo, hoje temos cerca de R\$ 2,5 bilhões de recursos oficiais para aplicar nos preparativos da Copa 2014”, calcula.

Segundo Sachetti, o objetivo é que as obras sejam realizadas de forma sustentável e possam ser utilizadas após o mundial. Assim, o estádio que será construído no local do antigo José Fragelli, mais conhecido como Verdão, utilizará material reciclado da demolição. “O concreto servirá de base e sub-base, o aço voltará para a siderurgia para ser derretido e parte do que tinha dentro dele, como luminárias, cadeiras, cobertura, portas, janelas, foi cedida para cidades do interior de Mato Grosso”, garante.

Ainda conforme ele, o projeto tem padrão internacional e prevê uma construção moderna, simples e funcional com capacidade para 42,5 mil pessoas. A novidade fica por conta da estrutura das arquibancadas e coberturas, que serão flexíveis e permitirão a eliminação de até 15 mil lugares após o evento. “É possível desmontar e colocar em qualquer lugar, é tudo pré-fabricado”, acrescenta. Outro aspecto relevante é que a nova arena terá um sistema de captação e reutilização de água pluvial e aparelhos para economizar energia. Ao todo, a obra custará R\$ 342 milhões, com previsão que seja concluída até dezembro de 2012, a tempo da Copa das Confederações.

O plano estadual para o mundial prevê também a implantação de dois centros de treinamento abertos ao público, que receberão as seleções escaladas para jogar em Cuiabá. Um deles ficará na capital e outro, na cidade de Várzea Grande, a 6km de distância.

Demanda exigida pela Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado) ainda é a construção de um fan park, local que serve de ponto de encontro para as pessoas que não vão ao estádio.

Mobilidade urbana

Resolvida a construção da arena, é preciso que as pessoas consigam chegar até ela para assistir aos jogos. Para tanto, Cuiabá receberá várias intervenções, como duplicações e ampliações de vias e a construção de novas avenidas, viadutos e pontes.

“Vimos que havia muitas ideias e nenhum projeto nessa área. Conseguimos avançar graças a uma parceria feita com a iniciativa privada, que concedeu os projetos básicos de infraestrutura, calculados em R\$ 5,8 milhões”, informa o presidente da Agecopa.

O maior a ser desenvolvido na cidade para o transporte público é a construção do BRT (Bus Rapid Transit), um sistema de ônibus expresso em corredores exclusivos que ligará Várzea Grande a Cuiabá. A obra deve durar dois anos, com recursos de aproximadamente R\$ 450 milhões. Para Sachetti, essas iniciativas vão atender às necessidades dos jogos da Copa 2014, mas também oferecer à população melhores condições de deslocamento no seu dia a dia.

Um dos impasses, segundo ele, é o projeto de ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Marechal Rondon. “É um gargalo que tem que ser rediscutido. Não tem projeto ainda e será administrado pelo Governo Federal. Hoje são cerca de 1,7 milhão de passageiros anualmente. O plano da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) é ampliar a capacidade para 2,5 milhões de viajantes por ano”, menciona Sachetti.

Oportunidades

Defendendo os interesses das construtoras regionais, o presidente do Sinduscon-MT (Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso), Cezário Siqueira Gonçalves, afirma que existe uma ameaça de exclusão nos empreendimentos da Copa 2014. “O elevado nível de exigências para participar das licitações e a condição de emergência das obras podem eliminar as possibilidades das pequenas empresas”, adverte. Ele lembra que a intenção do Sinduscon não é estabelecer relações de privilégios, e sim assegurar que as construtoras mato-grossenses tenham condições de ofertar propostas.

Por outro lado, Gonçalves pondera que a construção civil está aquecida e que serão gerados cerca de 4 mil postos de trabalho diretos. Setor que também ampliará a criação de empregos é o de turismo. Só em infraestrutura serão investidos R\$ 350 milhões através do Prodetur (Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo).

Para Sachetti, a participação de Cuiabá é importante, porque fará a cidade evoluir social e economicamente. “Vamos promover mudanças nos conceitos sociais e ambientais da população. É a oportunidade de conscientizar para a ocupação com responsabilidade. Quem vive aqui deve usufruir de forma correta, deixando um legado de preservação e de respeito ao meio ambiente para a geração futura”, enfatiza. E promete: “Os requisitos que a Fifa exige serão cumpridos dentro do prazo estabelecido, e a Copa no Pantanal será uma oportunidade inédita de mostrar as belezas naturais do nosso estado, tornando-se uma grande vitrine para o turismo mundial.” (Lucélia Barbosa)

SINDICAL I

Dependendo da região do País, a recomendação do órgão regulador às concessionárias de energia elétrica para alguns cargos a serem ocupados por engenheiros é de pagamento bem abaixo do piso profissional, em franco descumprimento à Lei 4.950-A/66. Esta define que o salário base da categoria deve corresponder a nove mínimos para jornada de trabalho de oito horas diárias. Não obstante, segundo Claudio Henrique Bezerra Azevedo, diretor da FNE, para o Centro-Oeste, os valores chegam a variar de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.500,00. Com o objetivo de alertar a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre a irregularidade, a federação encaminhou em 4 de agosto último ofício ao seu diretor-geral, Nelson Hubner. Na carta, explicita o que define a lei federal e apresenta os valores a serem considerados, reivindicando as correções necessárias.

A indicação da Aneel é feita na chamada empresa de referência. Tal tem o propósito de apresentar às concessionárias de energia elétrica um modelo para definição dos custos operacionais eficientes na revisão tarifária. Funciona como uma espécie de companhia virtual na qual deve se basear a distribuidora para sua operacionalização e administração. Assim, considera as características próprias de cada prestadora de serviços, como tamanho, área geográfica de atuação, entre outras. Entre os gastos ali abrangidos, estão os com pessoal, incluindo os engenheiros. No processo para a Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas), em 2 de agosto último, a profissionais juniores, foram sugeridos salários entre menos de R\$ 3 mil e R\$ 4 mil – ante piso de R\$ 4.590,00.

Para Bezerra, a situação é grave, tendo em vista que todas as concessionárias do setor elétrico precisam se adequar a esse modelo, no qual devem se basear as tarifas. “Em nome do cumprimento à determinação da Aneel, algumas empresas podem estar pagando menos que o piso”, conclui. Caso a companhia não siga a indicação do órgão regulador, terá que arcar com o ônus de respeitar a lei. Isso porque não poderá repassar o valor acima do recomendado no processo de revisão tarifária. Como as concessões estão nas mãos da iniciativa privada, é difícil imaginar que essa bancará qualquer custo adicional. Ainda mais quando a decisão de não fazê-lo encontra-se referendada pela agência.

No Sistema Eletrobrás

Nem mesmo em determinados concursos para atuação em empresas públicas de energia elétrica tem sido respeitado o salário mínimo profissional. Foi o que ocorreu, segundo José Luiz Azambuja, presidente do Senge-RS, com um edital para trabalho na CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul), que é parte do Sistema Eletrobrás. “Estavam chamando 16 engenheiros, entre eletricitistas, eletrônicos, químicos e mecânicos, para carga horária semanal de 44 horas, por R\$ 3.232,15, portanto, aquém do piso.” Ele conta que o sindicato se pronunciou por intermédio de carta, em 8 de abril último, reivindicando que se observasse a legislação, de modo a evitar futuros passivos trabalhistas. “Pedimos que se a empresa tivesse a intenção de complementar de alguma maneira os valores, que a

manifestasse no edital.” A companhia respondeu que a Lei 4.950-A não poderia ser praticada por ser inconstitucional e realizou o concurso sem atender ao pleito da entidade gaúcha.

A alegação seria de que não se pode indexar piso ao mínimo. Ao que diverge parecer do ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Francisco Rezek, elaborado em novembro de 2009 mediante consulta feita pela FNE, lembrado por Azambuja por conta desse fato. Segundo tal documento, disponível na íntegra no site da federação (www.fne.org.br), “não há incompatibilidade alguma entre o artigo 5º da Lei 4.950-A e a Constituição Federal de 1988.” No mesmo parecer, é dito que a Carta Magna não só “receptionou a Lei 4.950-A/66, como reforçou seu comando, ao reconhecer o direito do trabalhador qualificado ao piso e ao valorizar a extensão e a complexidade do ofício executado por esses profissionais”. Assim, para Rezek, “é natural e pouco menos que imperativo que se utilize o salário mínimo como referência para a fixação dos pisos salariais, que ostentam a mesma natureza daquele, e que, repita-se, impõem-se por força de uma norma constitucional”.

Azambuja afirma que, no caso da CGTEE, o passo seguinte é conversar com os engenheiros contratados no sentido de esclarecer sobre a ilegalidade e ver qual a melhor estratégia a seguir. “Vamos ainda tentar uma solução negociada com a Eletrobrás. E se não houver acordo, partir para ação na Justiça.” Para o presidente do Senge, contudo, a ideia não é promover iniciativas isoladas, mas, sob o comando da FNE, uma ação nacional organizada em defesa da aplicação correta da legislação. A solicitação de ajuste na empresa de referência da Aneel se enquadraria nesse grupo.

SNDCAL II

MA

Despertar a vocação para a engenharia

Preocupada em não interromper o desenvolvimento econômico do Brasil, a FNE, entre outras iniciativas, produziu o vídeo “Mais engenheiros para construir o Brasil”, visando despertar o interesse de jovens do ensino médio pelas diversas áreas da engenharia: civil, elétrica, mecânica, química e agrônômica. A ação é feita em parceria com os 18 sindicatos filiados à federação, entre eles o Senge-MA, que no dia 20 de agosto último apresentou o trabalho a cerca de 60 alunos da segunda e terceira séries do ensino médio do Centro de Educação Internacional, em São Luís. Atendendo o convite do Senge, participaram da mesa-redonda engenheiros de diferentes ramos, entre eles Antônio Palmeira (civil); Ivanilde Soares Santos (agronomia); Agenor Jaguar (geologia); Sávio Lima (mecânica) e Berilo Macedo da Silva (elétrica). Na ocasião, os profissionais chamaram a atenção sobre as disciplinas lecionadas na universidade e as características necessárias para cada segmento. Para Caio Pestana Carneiro Melo, aluno da segunda série, foi interessante: “Eu já sonhava em ser engenheiro civil e com

essa palestra fiquei mais motivado a seguir essa carreira, porque me fascina a construção de prédios.” O estudante da terceira série, Alexander Maia Castilho Caldas Mota, frisou que as palestras esclareceram bastante: “Mostraram toda a essência da engenharia, e entendi a profissão na prática.” Para Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge, a ação é importante neste momento em que a carência de profissionais da categoria é prejudicial ao desenvolvimento do País.

MT

Profissionais reúnem-se em Cuiabá

Engenheiros, autoridades locais, presidentes e diretores da FNE e de sindicatos de todo o País e representantes de empresas públicas e privadas do Estado, da Prefeitura Municipal de Cuiabá, de entidades ligadas à área tecnológica e às universidades públicas e privadas estaduais e federais lotaram o Tradição Grill, durante jantar de confraternização realizado no dia 23 de agosto último. A iniciativa foi da FNE em parceria com o Senge-MT. Destacam-se, entre os participantes, Fátima Có, presidente em exercício da FNE, e Elizabeth Aguirre, pró-reitora da Univag (Universidade Várzea Grande). Durante o evento foram lançados os candidatos representantes do Senge-MT, Idomar Freitas de Oliveira e Zélia da Silva Vitorino, que disputarão vaga como conselheiros no Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), na modalidade de engenharia elétrica. Além disso, foi entregue o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” ao deputado federal Valtenir Pereira (PSB) e às autoridades presentes. Os convidados, no encerramento, puderam conhecer um pouco da cultura local com a apresentação das danças Cururu e Siriri, pelo grupo Coração Tradição Franciscano. “Cumprimos, assim, com êxito a programação traçada”, comemorou o presidente do Senge-MT, Luiz Benedito de Lima Neto. Na mesma data, ocorreu um café da manhã com Adilton Domingos Sachetti, diretor-presidente da Agecopa (Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – Fifa 2014), no Hotel Deville (leia matéria nesta edição).

PA

Assinado ACT com a Cosanpa

No dia 20 de julho último, o Acordo Coletivo de Trabalho 2010-2011 foi assinado pela presidente do Senge-PA, Maria Eugênia Von Paumgarten, e pelos representantes da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará). Destacam-se: reajuste salarial de 7%, a partir de 1º de maio último; garantia do piso da categoria; aumento do valor da cobertura do seguro de vida em grupo de R\$ 40.000,00 para R\$ 45.000,00, do tíquete-alimentação de R\$ 553,30 para R\$ 600,00, do auxílio-matrícula/material escolar de R\$ 465,00 para R\$ 500,00, do auxílio-creche/ensino fundamental de R\$ 465,00 para R\$ 500,00 e da duração do período de licença-maternidade/amamentação de 120 para 180 dias. Na avaliação de Paumgarten, “foi uma vitória para os sindicatos dos engenheiros e dos urbanitários do Pará assinar o acordo, mesmo

travando uma luta hercúlea contra o Prefeito de Belém, que insiste em privatizar a companhia”.

SC

Entidades cobram isonomia aos geólogos

O diretor do Senge, Carlos Bastos Abraham, acompanhado pelo diretor Wilson Floriani Júnior, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, e pelo presidente Rodrigo Sato, da Associação dos Geólogos de Santa Catarina, no dia 13 de agosto último cobrou do presidente em exercício da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), César de Luca, a isonomia dos geólogos com a categoria dos engenheiros. A empresa está reformulando o seu Plano de Cargos e Salários e deixando defasados os pisos dos geólogos. Abraham explicou que em 2009 essa isonomia foi selada internamente e oficialmente através de Termo Aditivo ao ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) 2008-2009. “Portanto, seria uma incoerência agora estabelecer uma nova diferenciação dessas duas categorias em definitivo numa provável escala salarial”, afirmou. Floriani lembrou que o Crea já se manifestou positivamente nesse caso e ressaltou que “a nossa Lei Federal 4.950-A, que trata do salário mínimo profissional, abrange não só os engenheiros como também os geólogos do País”. Luca se comprometeu a buscar uma solução junto à diretoria da empresa.

AP

Assistência técnica gratuita

É o que estabelece a lei já aprovada e à espera de sanção do prefeito de Macapá, Roberto Góes, para ser posta em prática. Elaborado pelo vereador Aldrin Nunes Torrinha (PDT), que se sensibilizou com a iniciativa do Senge-AP em parceria com o Crea-AP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amapá), o texto dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social às famílias de baixa renda. O objetivo é assegurar a quem ganha até três salários mínimos o direito de ter o acompanhamento de engenheiros, urbanistas e arquitetos na elaboração do projeto e execução da obra com metragem de até 60m² e reforma e ampliação de até 30m². Segundo Lincoln Silva Américo, presidente do Senge e membro do Conselho Fiscal da FNE, com sua vigência, as pessoas com esse perfil poderão formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação do imóvel residencial junto à Prefeitura de Macapá e demais órgãos públicos. “Estaremos evitando com isso a ocupação de áreas de risco.”

ENTREVISTA

Cada dia mais populares, os chamados blogs progressistas já disputam leitores e credibilidade com jornais e sites tradicionais. Fácil e barata de fazer, ágil e garantindo interatividade com seu público, a novidade, que floresceu no Brasil especialmente nos últimos quatro anos, já mereceu até um encontro nacional. O evento aconteceu em São Paulo, nos dias 21 e 22 de agosto, na sede do Seesp, e teve mais de 300 participantes oriundos de 19 estados. Para um dos organizadores, o jornalista Rodrigo Vianna, que mantém desde 2008 no ar o Escrevinhador, trata-se de um fenômeno que rompe com o antigo paradigma da comunicação, em que havia um emissor e um receptor passivo. Atuando na imprensa tradicional desde 1989 e ainda hoje trabalhando como repórter da TV Record, ele afirma: são dois mundos completamente diferentes. Em entrevista, Vianna falou ao Engenheiro sobre essa nova maneira de informar.

O que é esse fenômeno dos blogs, hoje muito populares no Brasil?

Primeiro, é um sinal de que a velha mídia não está dando conta da comunicação no Brasil. Há milhares de pessoas que não se sentem incluídas no sistema tradicional de produção da comunicação, inclusive muitos jornalistas, gente que não se sente livre para fazer o seu trabalho da melhor maneira possível. Em segundo lugar, é um resultado dos avanços tecnológicos. É baratíssimo fazer um blog. Na época da ditadura, quando a imprensa ficou censurada, surgiram os jornais alternativos, mas era necessário ter uma gráfica, comprar papel etc.. Durante o encontro de blogueiros, um colega deu o exemplo: faz-se um blog básico com R\$ 100,00. Um mais trabalhado, com vídeo, rádio, imagem, custa R\$ 5 mil. Com um computador, uma câmera e um microfone, cria-se algo que é uma minitelevisão ou minirrádio. A Internet, no limite, propicia que cada um seja um emissor da comunicação. Antigamente, havia o emissor, o dono da informação, e o público passivo, o receptor. A Internet quebra esse princípio, permite que as pessoas trabalhem em rede, então quem é leitor também produz a notícia, deixa de haver uma hierarquia tão forte. Por isso, os blogs crescem tanto, já fazendo um contraponto à imprensa escrita.

Como aconteceu esse despertar?

Esse fenômeno é mundial, nos Estados Unidos é muito forte. Há blogueiros como a Arianna Huffington, que criou um blog e aos poucos o transformou num site de notícias, que se chama Huffington Post. No Brasil, isso engrossou muito de quatro anos para cá, porque a velha mídia assumiu uma posição muito unilateral na cobertura política, vendendo a imagem de neutralidade, quando todo o mundo percebe que ela toma partido. Assim, os blogs crescem, bem como o número de leitores. Por isso, conseguimos trazer 300 pessoas a São Paulo para discutir esse movimento que é forte no Brasil inteiro.

Muitos blogueiros não são jornalistas profissionais, o que faz com que se levantem dúvidas quanto à qualidade da informação que produzem. Qual a sua opinião sobre isso?

Aos poucos, constrói-se credibilidade. Se você dá uma informação que se confirma, vai conquistando isso. Vou dar um exemplo. A Folha de S. Paulo e o UOL fizeram um debate com os candidatos a presidente no qual os internautas podiam fazer perguntas. Um blog descobriu que um desses era um funcionário do PSDB, o que não impedia sua participação, mas exigia sua identificação. Os leitores puderam confirmar que a denúncia era verídica. E o blog tem essa riqueza: dá a informação e os links para que o leitor possa percorrer o restante da cadeia informativa e se aprofundar sobre o assunto. Por outro lado, os processos de comunicação são sujeitos a erros e manipulação, não só nos blogs. O leitor precisa desconfiar do que lê, o senso crítico deve estar sempre presente. O público do blog é treinado a isso porque interage, rebate, critica. Muitas vezes você escreve um texto e o comentário passa a ser tão importante quanto. A gente costuma dizer que na Internet a informação é o texto do blogueiro mais os comentários, que o complementam ou até o contradizem.

Esse leitor é mais qualificado que o da mídia tradicional?

Ele é mais ativo. A velha mídia criou um nicho de leitores que repetem o que leem sem nenhum senso crítico.

Como as redes sociais entram nessa história?

Todo mundo que faz blog está atento para essas redes, facebook, orkut, twitter, que são disseminadores da informação que rola pela Internet. O interessante é que não é o jornalista ou o dono do veículo dizendo a um público que ele não conhece “trago-vos a verdade”. As pessoas têm 200, 300 contatos cadastrados quando chegam a isso, então a credibilidade é grande, porque é o seu amigo dizendo “isso aqui é interessante”. Ainda não foi estudado direito, mas é um fenômeno que quebra totalmente o paradigma da comunicação de cima para baixo.

Juntamente com toda essa circulação livre da informação, há conteúdos até criminosos na Internet, que incentivam o racismo e a violência. Como regular isso sem censurar?

Quem abusa pode ser responsabilizado. Antes, havia os panfletos apócrifos. Na Internet, é até mais fácil rastrear de onde partiu a ofensa. De toda forma, esse é um lado obscuro para o qual é preciso ficar atento.

No cenário mundial, os veículos elétricos despontam como uma opção para o transporte individual urbano, já que podem zerar a emissão dos gases do efeito estufa. Muitos países, como os Estados Unidos, Japão e China, estão investindo nessa tecnologia e já incentivam as vendas por meio de subsídios. No Brasil, a destinação de recursos para pesquisa nessa área ainda está em discussão. Um pacote de medidas para estimular empresas no desenvolvimento de componentes e na fabricação de veículos elétricos seria publicado em agosto, mas foi adiado. No dia 31, contudo, conforme divulgado pela imprensa, anunciava-se a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de 25% para 7%.

Apesar da vantagem estratégica representada pelo mercado do etanol para o País, especialistas acreditam que se deve investir nos carros elétricos hoje para evitar a importação de tecnologia futuramente. No entanto, alertam ser essencial planejar onde pôr os recursos. “Temos que estudar muito bem as oportunidades para investir em itens que interessem efetivamente ao Brasil”, opina Pietro Erber, diretor-presidente da ABVE (Associação Brasileira de Veículos Elétricos).

Um consenso entre técnicos do setor é o investimento nos carros híbridos, que combinam motor elétrico e a combustão, são mais baratos e poderiam funcionar com etanol. “Seria apropriado passar por essa fase intermediária para preparar o mercado e a indústria”, sugere Ronaldo Mazará Junior, coordenador da Comissão Técnica de Veículos Elétricos e Híbridos da SAE Brasil (Sociedade de Engenheiros da Mobilidade). Para tanto, ele propõe meio de isenção fiscal para a compra do produto final e até a criação de uma indústria nacional de componentes para o setor. Outra aplicação viável para o álcool e que não concorreria com os automóveis elétricos seria o seu uso no transporte público urbano e de cargas. “O ideal seria subsidiar o carro elétrico, mas também caminhões e ônibus movidos a etanol”, defende Fabiano Pompermayer, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Para emplacar no mercado, contudo, o automóvel elétrico terá que superar alguns desafios importantes. Entre eles, a bateria que, além de ser muito cara, tem baixa autonomia, pouco tempo de vida útil – em média três anos – e dificuldades para o seu descarte, que não pode ser feito no lixo comum, já que é composta por metais tóxicos. Há ainda a questão da infraestrutura de abastecimento e o impacto na matriz energética diante da perspectiva de produção desses carros em larga escala. “Além disso, são necessários sistemas inteligentes de fornecimento de energia para evitar picos de consumo e viabilizar a geração a partir de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica e a solar para recarga de cada bateria”, menciona Pompermayer.

Iniciativas

Já há no Brasil alguns projetos em desenvolvimento. Entre eles, o Palio Weekend Elétrico, que nasceu de uma parceria firmada em 2006 entre a Fiat Automóveis, a hidrelétrica Itaipu Binacional e a empresa suíça KWO, além de outros colaboradores.

Movido totalmente a energia elétrica, o carro possui uma bateria de níquel situada no fundo do porta-malas que garante autonomia de 120km. Para abastecê-lo, é preciso plugá-lo em qualquer tomada convencional de 110 ou 220V durante oito horas. As baterias podem ser 100% recicladas, evitando assim o problema ambiental. Atualmente existem 36 veículos sendo utilizados pelas empresas parceiras no projeto. Segundo a assessoria da Fiat, o carro, ainda em fase laboratorial, tem custo de R\$ 150 mil para ser desenvolvido.

A CPFL Energia colocou em operação na sua sede, em Campinas, o protótipo de seu primeiro posto de recarga de baterias para veículos elétricos. A companhia pretende instalar uma nova unidade em um shopping center da cidade, que funcionará com o pagamento realizado por meio de smart cards pré-pago e cartão de crédito. O usuário poderá ainda acessar a Internet via celular para controlar a carga do automóvel.

Outra novidade é a inovação criada pelo engenheiro e proprietário da empresa Cecotein, Maurício dos Santos, que já comercializa o primeiro carro elétrico urbano nacional em Uberaba, Minas Gerais. Ele adaptou um motor no modelo Fiat Palio, que é composto por 25 baterias de chumbo alocadas no porta-malas e que também são recarregadas em tomada comum. O Electro, como foi batizado, tem autonomia de 90km e atinge a velocidade de 93km/h. A tecnologia já foi testada e aprovada pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), e o custo da adaptação em um carro zero gira em torno de R\$ 29 mil. Para saber mais sobre o modelo mineiro, acesse o site www.cecotein.com.br.